



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO DE VISTORIA nº 15/2009

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi solicitada pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais a realização de vistoria técnica nas ruas históricas de Sabará com a finalidade de verificar o estado de conservação, danos causados pelas empresas prestadoras de serviços que embutiram seus cabos no subsolo e sugerir medidas necessárias à reparação dos danos ocorridos.



Figura 01 - Mapa de localização

2 – METODOLOGIA

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção “in loco” e conversa com alguns moradores e usuários do local.

3 – HISTÓRICO

3.1 – Sabará

O povoamento da região inicia-se pelos idos de 1675, a partir da bandeira paulista de Fernão Dias Paes à região. Com ele, veio seu genro Manoel de Borba Gato, que subiu o Rio das Velhas e desenvolveu o Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro de Roça Grande. O arraial desenvolveu-se rapidamente e, em 1711, era elevado à categoria de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Três anos após, em 1714, foi a Vila transformada em sede da extensa Comarca do Rio das Velhas, uma das quatro primeiras a serem criadas na Capitania das Gerais





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Sua área de jurisdição compreendia uma parte do território onde hoje se localizam mais de duas dezenas de municípios, inclusive o de Belo Horizonte.

No dia 6 de Março de 1838, a Lei Provincial nº 93 concedia a Sabará foros de cidade, com cerca de trezentos quilômetros quadrados de área.

Entretanto, mais de 300 anos de história podem ser considerados, desde o início de sua povoação.

Sabará foi um dos núcleos de mineração da Província que mais ouro encaminhou à Corôa Portuguesa. Seus rios e lavras eram riquíssimos do precioso mineral, e houve época em que os trabalhos de garimpagem ocupavam milhares de escravos.

O nome Sabarabuçu é de origem indígena. Aceita-se, como um de seus significados, a tradução de "grande braço de pai", referindo-se ao Rio Sabará o "braço", afluente do Rio das Velhas "o pai".

O atual território de Sabará ficava na grande região do Sabarabuçu, conhecida desde o início da colonização do Brasil.

Outra versão é a de que o nome Sabará se origina da corruptela da expressão Itaberabussu, que quer dizer na linguagem indígena "pedra grande reluzente", numa alusão à Serra da Piedade que domina toda a região.



Figura 02 – Fotografia de Sabará em 1900.

Fonte : consulta ao site www.sabaranet.com.br

4 – ANÁLISE TÉCNICA

No dia 16 de abril de 2009, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais, analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizou vistoria técnica nas ruas do Centro Histórico de Sabará para verificação do estado de conservação das vias após a intervenção das empresas de energia elétrica (Cemig) e telefonia (Oi – Telemar Norte Leste S.A.) que realizaram obras na via pública. A Cemig realizou substituição da iluminação pública e da rede aérea por



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

rede subterrânea e a Oi realizou o remanejamento e modificação da atual rede de telefonia para rede subterrânea em várias vias do centro histórico de Sabará. Em alguns trechos as obras já foram finalizadas. Em outros estão em execução ou ainda não foram iniciadas.

O Centro Histórico de Sabará possui conjuntos urbanos protegidos e imóveis tombados isoladamente, em níveis federal e municipal. As ruas do centro histórico possuem calçamento feito por pedras de vários tamanhos. Com a intervenção das empresas de telecomunicações, muitos trechos foram descaracterizados, com danos ao patrimônio histórico do município, além de prejuízos para o trânsito de veículos, risco para a segurança da população e, em alguns casos, danos à estrutura física dos imóveis.

Na data da vistoria, foram percorridas várias vias do centro histórico e a situação encontrada é diferente em cada ponto. Como dito anteriormente, há locais onde as obras estão em andamento e outros onde ainda nem foram iniciadas, devendo ser realizada vistoria pelos órgãos competentes nestes trechos, antes da entrega definitiva da obra.

No trecho localizado no entorno da Praça Melo Viana (vide mapa figura 03 – seta vermelha) foi verificado desnivelamento da pista, com existência de pedras soltas e falta de rejunte vegetal entre as pedras reassentadas. Na lateral direita da Igreja do Rosário percebe-se diferença na tonalidade e assentamento das pedras do trecho reassentado pela empresa prestadora de serviço. Para instalação dos lampiões nas fachadas dos imóveis foram necessários rasgos nas alvenarias das edificações, sendo que muitas delas ainda não receberam repintura.

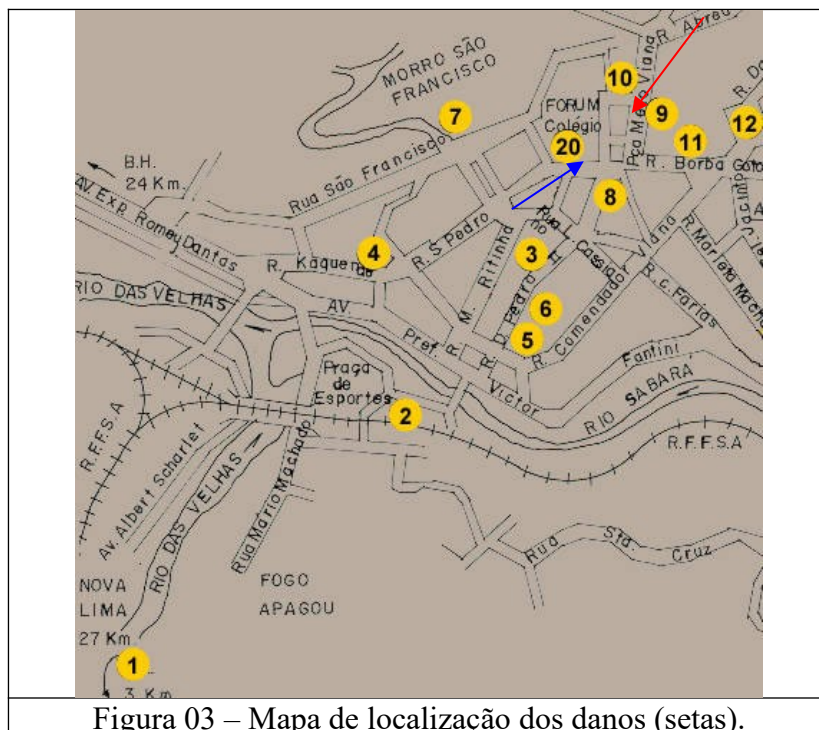


Figura 03 – Mapa de localização dos danos (setas).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 04 –
Desnívelamento da pista e
falta de rejunte entre as
pedras.



Figura 05 – Pedras do trecho reassentado com
tonalidade e assentamento diferente do trecho
original.



Figura 06 – Falta de
pintura nas fachadas dos
imóveis.

No encontro entre a rua São Pedro e a Praça Melo Viana (vide mapa figura 03 – seta azul) as obras estão em andamento. As pedras encontram-se soltas na via, sem nenhum tipo de proteção.



Figura 07 – Trecho em
obras.



Figura 08 – Pedras soltas na via, sem a devida
proteção.

Na rua São Pedro (vide figura 09 linha vermelha) há pontos com desnívelamento junto às caixas de inspeção instaladas pelas empresas de telecomunicações, trechos com lacunas e/ou pedras soltas e locais com acúmulo de terra.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 13 – Luminária constantemente acesa.

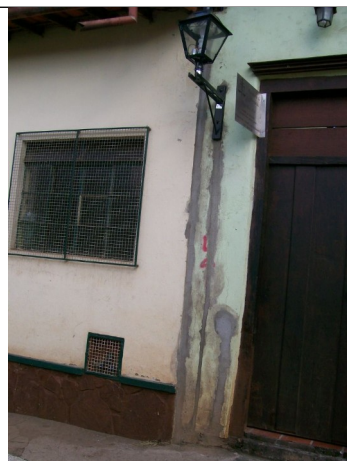


Figura 14 – Emendas nas alvenarias das edificações.



Figura 15 – Lacunas.



Figura 16 - Pedras soltas, acúmulo de terra e desnivelamentos.



Figura 17 – Lacunas, acúmulo de terra e pedras soltas.



Figura 18 – Desnívelamento entre as caixas e acabamento mau executado.

Nas proximidades da antiga cadeia (vide figura 09 seta verde), há luminárias que ficam permanentemente acesas, havendo necessidade de revisão do sistema de iluminação instalado. Também há desnivelamentos, pedras soltas e lacunas.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 19 – Lacunas e acúmulo de terra.

Figura 20 – Luminária constantemente acesa.

Figura 21 – Desnívelamento e pedras soltas.

Na rua Intendência, nas proximidades do Museu do Ouro (vide figura 22 seta vermelha), foi verificada a existência de pedras soltas que não foram reassentadas e ruas sujas de terra.

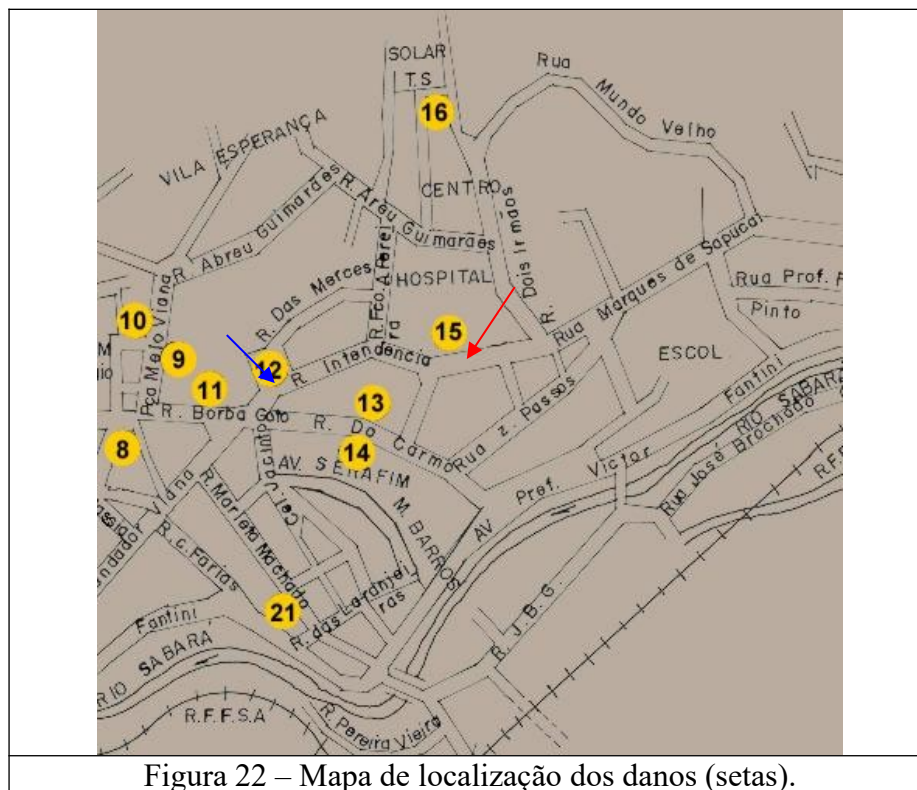


Figura 22 – Mapa de localização dos danos (setas).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 23 – Pedras soltas.



Figura 24 – Ruas sujas de terra.

A ladeira próxima à Igreja das Mercês (figura 22 seta azul) encontra-se em situação bastante crítica, graças à declividade da via que facilita a soltura das pedras com o atrito dos pneus dos carros e quando da ocorrência de chuvas. Há vários trechos com pedras soltas, desniveladas e sem rejuntamento, o que facilita o deslocamento das pedras. Há trechos com diferenças nas tonalidades e assentamento das pedras e locais com cimento entre as pedras existentes na via, colaborando com a descaracterização do logradouro público. Na data da vistoria havia no local homens trabalhando na recomposição da via.



Figuras 25 e 26 – Pedras com tonalidades e tamanhos diferentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

		
Figura 27 – Pedras rejuntadas com cimento.	Figura 28 – Lacunas e pedras soltas.	Figura 29 - Homens trabalhando no local.

5 – CONCLUSÃO

Para execução de obras de infra-estrutura ou reparos nas instalações já existentes sob os pavimentos, é necessário a remoção da pavimentação e após a conclusão das obras, é preciso fazer a recuperação do pavimento, buscando ao máximo o estado original do mesmo. No caso dos pavimentos construídos com pedras, quando removidos, a recuperação, se bem executada não deixa perceber que houve qualquer interferência no pavimento original.

Para a execução de qualquer pavimentação, além das obras de infra-estrutura citadas anteriormente, **deve-se fazer a compactação da sub-base e da base, utilizando material adequado, o que garante a estabilidade e qualidade do pavimento. Além disso, deve ser feito o “rejuntamento” das pedras com vegetação, necessário para fixar melhor as pedras na via, evitando que as mesmas se soltem.**

Entretanto, o que foi verificado nas obras realizadas no centro histórico de Sabará isto não ocorreu, causando um grande dano à paisagem ora existente e deixando os moradores e usuários do local apreensivos.

Algumas edificações tiveram sua estrutura prejudicada em decorrência das obras e necessitam de reparos.

Acredita-se que um conjunto de fatores colaborou com a ocorrência de danos na via histórica, sendo que **os principais são a falta de compactação adequada da sub-base, a utilização de pedras diferentes das originais e a falta de rejuntamento das pedras.** Estas colônias de vegetais que proliferam entre as pedras, além de desempenharem papel fundamental na fixação das pedras do calçamento e auxiliarem na redução da velocidade de escoamento das águas superficiais e trazem benefícios para o meio ambiente como a absorção de água e retenção de parte dos sólidos carregados pela água de chuva.

Inicialmente é necessário esclarecimentos sobre a responsabilidade das empresas envolvidas nas obras realizadas nos danos causados nas vias históricas. **Sugere-se que seja solicitada às empresas responsáveis pela realização das obras todas as ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes aos serviços realizados, para verificação da legalidade das obras e se as mesmas foram executadas por profissionais habilitados.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

De qualquer forma, deverão realizar obras nos referidos locais, buscando evitar maiores danos ao patrimônio municipal. As principais obras a serem realizadas são:

- Correção dos danos causados às vias e verificação da estabilidade das construções lindeiras à ladeira histórica que tiveram sua estrutura comprometida em decorrência das obras;
- Identificar os problemas que levaram aos danos à pavimentação de pedras - falta de compactação adequada da sub-base, a utilização de pedras diferentes das originais e a falta de rejuntamento das pedras – e em seguida solucioná-los. A solução exige um diagnóstico cuidadoso a ser realizado por especialistas na área de pavimentação histórica de pedras, que identificará o principal agente e estabelecerá recomendações técnicas próprias para o caso;
- Utilizar na sub-base e base material compatível e aderente à pavimentação histórica de pedras;
- Realizar correta compactação da base, sub-base e pavimentação de pedras;
- Correção dos desnivelamentos;
- Limpeza dos trechos com terra e cimento;
- Realizar o assentamento das pedras conforme era feito antigamente buscando ao máximo o estado original da via, utilizando, além do conhecimento técnico, fotografias antigas do local como documento de referência. Deverá ser utilizado para pavimentação apenas o material original retirado daquele mesmo local;
- Proceder ao rejuntamento das pedras com vegetação. É possível que com o rejuntamento as pedras fiquem mais bem fixadas à sub-base existente. Em alguns locais, principalmente nas vias mais íngremes, é provável que, devido a falta de um sistema adequado de drenagem de água, tenha ocorrido carregamento de material na base da via e também de algumas pedras, gerando os problemas apresentados, por isto deverá ser elaborado e executado um projeto adequado de drenagem de água pluvial onde necessário;
- Realizar nova pintura nas fachadas das edificações onde foram necessários rasgos na alvenaria para instalação de lâmpões e equipamentos. Neste caso, o Iphan deverá ser consultado;
- É recomendável que, sempre quando ocorrem obras no subsolo, sejam feitas pesquisas arqueológicas no local. Caso não tenham ocorrido, sugere-se que sejam realizadas nos trechos em obras e que ocorra treinamento do pessoal envolvido na obra para identificação dos vestígios.

Além disso, deverá haver completa revisão nas instalações e equipamentos elétricos instalados no local, buscando solucionar os problemas existentes, como luminárias que ficam constantemente ligadas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico
6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 11 (onze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 05 de maio de 2009.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D